

Conheça os quatro projetos premiados no INOVAFEST.3R

Comissão julgadora comemorou a qualidade dos finalistas do festival de inovação

Silvana de Freitas

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região realizou, em 2022, o Festival de Inovação da 3ª Região (INOVAFEST.3R), com a finalidade de divulgar e incentivar soluções inovadoras concebidas por magistrados e servidores.

Foram inscritos 30 projetos nas áreas de Gestão, Serviços, Tecnologia e Processos de Trabalho. Os quatro premiados com a primeira colocação em cada categoria já saíram do papel, estando na fase inicial de implementação ou já funcionando.



Nome do projeto	Categoria	Autor/autores
Expansão do Criando Conexões	Gestão	Carla Rodrigues de Souza
Oficial de Justiça Pacificador	Serviços	Cezar Adriano Dias, Sérgio Luiz de Matteo e Vanessa de Marchi
Modelo Tabular	Tecnologia	Rafael Malowski Belda, Miguel Angelo Caetano, Kátia de Cassia Egídio, Igor Vasconcellos, Áurea Honda, Carlos Fabiano Haddad, Rafael Nunes de Oliveira, Roberto Nonato e Taeko Suda
Cecalç/SJSP	Processos de trabalho	Alexandre Berzosa Saliba, Caio Moysés de Lima, Ivana Barba Pacheco, João Roberto Ottavi Junior e Marina Sabino Coutinho (juízes federais) e Eric Fujita, Keith Richard Gomes Ferreira e Lucas Rodrigues Lobianco (servidores)

Expansão do projeto Criando Conexões fomenta cultura compassiva e empática

Atuação customizada busca ambiente colaborativo de trabalho

A expansão do projeto Criando Conexões foi a primeira colocada na categoria Gestão, do Festival de Inovação da 3ª Região (INOVAFEST.3R).

O Criando Conexões é um projeto do Centro de Justiça Restaurativa da Justiça Federal de São Paulo (Cejure) que oferece semanalmente encontros virtuais inspirados nos Círculos de Construção de Paz, promovendo ambiente seguro e sigiloso no qual os participantes refletem sobre temas sensíveis.

Agora a ideia é expandir o Criando Conexões para os microambientes das unidades, com projetos customizados, elaborados a partir das necessidades de cada local.

“A intenção é proporcionar cuidado institucional para quem cuida da Justiça”, explicou a servidora Carla Rodrigues de Souza, da Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação da Seção Judiciária de São Paulo, que atua no Cejure.

Trata-se de um projeto de Justiça Restaurativa que promove o fortalecimento dos vínculos entre as pessoas, maneja os conflitos e oferece ferramentas para que os participantes lidem com situações difíceis.

O objetivo é fomentar uma cultura institucional compassiva e empática, viabilizando ambientes colaborativos de trabalho.



A servidora Carla Rodrigues de Souza, ao lado da presidente da Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul, Marcelle Ragazoni Carvalho Ferreira e da presidente do TRF3, desembargadora federal Marisa Santos. Os quatro premiados receberam uma Echo Show 15: Smart Display Full HD de 15,6” com Alexa

Oficial de Justiça Pacificador estimula atuação propositiva

Projeto permite que oficial seja facilitador de acordos

Mais do que mero portador de comunicações judiciais, o Oficial de Justiça Avaliador Federal (OJAF) pode ser um agente facilitador na solução de conflitos. Essa é a premissa do projeto “Oficial de Justiça Pacificador”, classificado em primeiro lugar na categoria Serviços, no Festival de Inovação da 3ª Região (INOVAFEST.3R).

Em fase de implementação, a iniciativa possibilita que esse servidor atue propositivamente na intermediação de acordo entre as partes. “É o projeto de uma Justiça mais amigável”, explica a oficial Vanessa de Marchi, uma das idealizadoras.

Em 2021, uma pesquisa respondida por 253 dos cerca de 550 oficiais da 3ª Região mostrou que a imensa maioria acredita no potencial das soluções pacíficas e considera poder contribuir para a conciliação se for devidamente capacitada.

O projeto-piloto abrange a execução de demandas que envolvem conselhos de classe, em geral causas numerosas, mas de pequeno valor.

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (Creci/SP) já formalizou adesão.



Os autores do projeto, Cezar Adriano Dias, Sérgio Luiz de Matteo e Vanessa de Marchi, durante a apresentação

Cubos virtuais de dados vão proporcionar informação rápida e segura

Projeto será implementado em 2023

A necessidade de lidar com grande volume de dados, para extrair informações estratégicas de forma rápida e segura, levou uma equipe do setor de Tecnologia da Informação a conceber o projeto Modelo Tabular.

O projeto recebeu a primeira colocação na categoria Tecnologia, no Festival de Inovação da 3ª Região (INOVAFEST.3R). A ideia surgiu em 2021, e a implementação está prevista para 2023. O atual Repositório DataWarehouse (DW) será substituído por cubos virtuais para divulgação de dados estatísticos referentes a processos.

O novo sistema deverá proporcionar mais eficiência, consistência das informações, democratização de acesso e segurança, segundo Rafael Malowski Belda, um dos responsáveis pela iniciativa.

O setor de estatística da Secretaria de Tecnologia da Informação (SETI) verificou que a crescente demanda do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) por novas dimensões das informações vinha se tornando incompatível com as limitações do banco de dados atual, levando à reavaliação da estrutura do DW.



Miguel Angelo Caetano, Kátia de Cassia Egídio e Rafael Malowski Belda explicam o projeto

Cecalc/SJSP unifica o trabalho de cálculo judicial

Projeto trouxe redução de prazos, entre outros resultados

Antes dispersos nas subseções judiciárias, os 140 servidores dos setores de contadoria da Justiça Federal de São Paulo passaram a atuar de forma conjunta e coordenada a partir de 2021, quando foi criada a Central Unificada de Cálculos Judiciais da Seção Judiciária de São Paulo (Cecalc/SJSP).

A iniciativa foi classificada em primeiro lugar na categoria Processos de Trabalho, no Festival de Inovação da 3ª Região (INOVAFEST.3R). Isso porque maximizou resultados, padronizou procedimentos, promoveu a distribuição equânime dos trabalhos na equipe e se mostrou sintonizado com a perspectiva de escassez orçamentária.



O projeto começou com um estudo coordenado pelo juiz federal Caio Moysés de Lima, à época presidente da Comissão das Contadorias da SJSP. Tivemos uma redução no prazo de realização do cálculo, que caiu de 50 para sete dias em média”, disse o servidor Eric Fujita, um dos autores.

Antes da unificação, algumas subseções não tinham nenhum contador e outras possuíam apenas um, o que implicava prejuízos na entrega dos cálculos judiciais sempre que esse servidor estava em férias e durante afastamentos.

O regime de trabalho remoto, adotado em razão da pandemia da Covid-19, e a digitalização dos processos favoreceram a concentração da força de trabalho na Central.

O servidor Eric Fujita explica como a Cecalc foi implementada

YouTube



Saiba mais detalhes do evento